

# Aborto e saúde reprodutiva ameaçados sob o covid-19

[\(Sexuality Policy Watch, 03/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

No Brasil, em meio à epidemia de covid-19, o Hospital Pérola Byington suspendeu o serviço de aborto legal, referência no país para atenção às mulheres vítimas de violência sexual. A Revista AzMina noticiou o fato no dia 26 de março quando, ao fazer uma ligação para pedir informações, foi informada do fechamento. Trata-se de uma medida absurda, quando se sabe que a maioria dos estupros é praticada por homem próximo ou da própria família e que o número de denúncias de violência doméstica vem experimentando aumento durante o isolamento social. Por outro lado, é preciso lembrar que, há alguns meses, grupos religiosos que se opõem ao direito ao aborto, fizeram uma vigília na porta do hospital, sobre a qual Alex Kalil escreveu para o SPW.

O fechamento do serviço foi alvo de amplo repúdio. A Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto emitiu uma nota em que critica a medida ao mesmo tempo que apoia os esforços de contenção da covid-19. A OAB São Paulo, por meio de várias de suas Comissões, também emitiu nota técnica questionando a medida. A Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União em São Paulo (DPU/SP) colocou-se à disposição para atender os casos de mulheres que não estivessem conseguindo atendimento, demandando à Secretaria Estadual de Saúde a oferta de alternativas e a reabertura do serviço. O Coletivo de Advogados pelos Direitos Humanos (CADHu) também mobilizou uma ação judicial contra a suspensão do serviço. A filial brasileira da rede global Doctors for Choice (Rede médica pelo direito de decidir, em português), em sua crítica, defendeu o direito ao aborto previsto em lei como um “cuidado essencial para a saúde das mulheres”, especialmente no contexto da COVID.

Respondendo às pressões, o hospital veio a público informar que ajustes estavam sendo feitos para garantir a resposta à covid-19, e que o serviço seria retomado. No dia 30 de março, o Ministério Público e a Defensoria

Pública do Estado de São Paulo informaram que o serviço havia sido reaberto.

## **Impacto mais amplo da pandemia sobre a saúde e os direitos reprodutivos**



Profissionais da maternidade Bairro Novo protestam contra fechamento. (Curitiba/foto: Amanda Nune).

Outros impactos negativos sobre a saúde e os direitos reprodutivos têm sido registrados no país. Circulam nas redes sociais feministas relatos sobre cancelamento de exames pré-natal. Em São Paulo, os leitos obstétricos das Unidades Básicas de Saúde (UBS) estariam sendo reservados para pacientes com covid-19 e há sinais de que a cesárea eletiva tem sido privilegiada em detrimento do parto normal, para agilizar a liberação de leitos. Em Curitiba, as maternidades de referência em parto humanizado Victor Ferreira do Amaral e Bairro Novo foram fechadas e as gestantes estão sendo direcionadas para hospitais gerais, o que as expõe a maior risco de infecção. Pressionada pela Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiros Obstetras (ABENFO), a Defensoria Pública do Paraná interrogou a Secretaria do Estado de Saúde sobre as razões do fechamento. Nos dias 31 de março e 1º de abril, funcionárias da maternidade Bairro Novo protestaram em frente à unidade (foto).

## **Direito ao aborto ameaçado globalmente**

Nos EUA, onde o ataque contra o direito ao aborto se intensificou na era Trump, os estados de Ohio, Texas, Mississippi, Iowa, Kentucky, Oklahoma e Alabama decretaram a suspensão dos serviços de aborto. As decisões foram questionadas judicialmente, mas a Corte de Apelação manteve a decisão do governador do Texas. Por outro lado, há ampla pressão da sociedade civil, de organizações médicas, do jornal New York Times — que publicou um editorial favorável — e de procuradores de vinte e um estados para que o Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) aprove o método de telemedicina para aborto.

Na Irlanda do Norte, a instauração do protocolo que proíbe viagens ‘não essenciais’ à União Europeia impede o acesso ao aborto às suas cidadãs, que costumam viajar à Inglaterra para o procedimento. Na França, vários serviços de planejamento familiar fecharam por falta de equipamentos de proteção e não é possível realizar o aborto em casa com facilidade, pois os medicamentos só são disponibilizados nos serviços de saúde. Na Itália, um epicentro da COVID, o número de serviço de aborto se reduziu drasticamente por pressão de grupos conservadores e, nesse momento, é quase impossível ter acesso ao procedimento, pois os serviços estão inativos e exige-se receita médica para comprar os medicamentos. O mesmo acontece na Índia (leia a respeito na Campanha Internacional).

Ao observar que a saúde sexual e reprodutiva tem sido minimizada frente à epidemia, o movimento internacional pelo direito ao aborto apontou o acesso amplo ao aborto farmacológico e a regulamentação da telemedicina como formas de garantir o direito à saúde. A Campanha Internacional Pelo Direito das Mulheres ao Aborto Seguro (ICWRSA) lançou uma chamada internacional à ação que clama por uma agenda racional que garanta o direito das mulheres frente ao atual estado de emergência. Na carta endereçada a todas as pessoas que engravidam, órgãos das Nações Unidas, Organização Mundial da Saúde, governos e profissionais da saúde, a Campanha recomenda que o direito ao aborto seja visto como uma prioridade de saúde pública e, como tal, garantido, especialmente por meio da oferta do aborto farmacológico através da telemedicina.

Mas há também boas notícias: o acesso ao aborto foi facilitado no Reino Unido, Irlanda, Argentina e Colômbia. O Reino Unido emitiu a nova norma - que havia sido revogada quando primeiro publicada no dia 24 - que estabelece a possibilidade de uma consulta remota para conseguir a combinação de medicamentos para o procedimento ser realizado completamente em casa. Na Irlanda, por pressão do movimento feminista, o ministro da saúde anunciou, no dia 27 de março, que vai revisar a norma que impede consultas online sobre interrupção da gravidez.

Na Argentina, a Diretoria Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva declarou que o acesso ao aborto e a contraceptivos é prioritário mesmo durante a epidemia e tem feito esforços para que não haja obstáculos aos serviços. A Coordenadoria de Saúde Sexual e Reprodutiva da província de Buenos Aires publicou um manual destinado a diretores de hospitais e centros de saúde para garantir que as demandas pelo aborto legal e prevenção do HIV e ISTs sejam atendidas com rapidez (leia em Página 12). Na Colômbia, a ONG Oriéntame, centro especializado em serviços de aborto, inaugurou um serviço de atendimento remoto através de consultas por telefone e WhatsApp para que o procedimento com medicamentos seja realizado em casa, dentro dos parâmetros legais.

---

## **Grupo antiaborto faz vigília no Pérola Byington e ‘legalistas’ reagem**

*Religiosos rezam contra aborto legal no hospital; após relatos de constrangimentos, grupo de moradores montou tenda ao lado para ‘proteger pacientes e funcionários’*

[\(O Estado de S.Paulo, 01/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

SÃO PAULO - Às 13h55, na Bela Vista, centro de São Paulo, um homem de meia idade, de cabelo branco e bigode escovinha, levantou um crucifixo para o alto e puxou a oração: “Livrai-nos da maldição do **aborto** no Brasil, no **Pérola Byington** e no mundo inteiro”. Em coro, outras sete pessoas repetiram a prece - quatro delas, mulheres.

Os fiéis fazem desde setembro a vigília “40 dias pela vida SP”, que deve terminar no domingo, 3. Segurando terços, eles rezam na praça em frente ao Pérola Byington, hospital de referência no atendimento a **mulheres vítimas de violência**, que realiza aborto para casos previstos na lei: quando há estupro, risco de morte da mãe ou anencefalia do feto.

Durante a vigília do grupo, pacientes e funcionários da unidade relatam uma escalada de episódios de constrangimento e até de agressão. Em resposta, alguns moradores do bairro, que se declaram “legalistas”, decidiram montar uma segunda tenda no local - em uma espécie de “contravigília”. Segundo afirmam, a convivência tem sido pacífica desde então.

O episódio-chave aconteceu no dia 21. Uma vítima de estupro coletivo, que faz tratamento no Pérola Byington, foi tirar satisfação com o grupo de religiosos e acabou recebendo um mata-leão. Também há relatos de médicos que eram xingados de “assassinos”.

“Não viemos fazer um movimento pró-aborto, mas uma mobilização para evitar que as mulheres e funcionários sofram assédio ou violência”, diz a escritora Daniela Neves, de 47 anos, responsável por coordenar a “contravigília”. Segundo conta, ela tem recebido mensagens de agradecimentos das pacientes. “Elas perguntam se estamos aqui, se está seguro para vir. Nossa presença inibe. É como uma espécie de ‘muro’.”

*Não viemos fazer um movimento pró-aborto, mas uma mobilização para evitar que as mulheres e funcionários sofram assédio ou violência.*

**Daniela Neves**, escritora

Além de vizinhos do hospital, o grupo ganhou apoio de **ativistas** e estudantes - a julgar pelo grupo de Whatsapp, são quase 90 pessoas. O revezamento na

praça mantém cerca de 20 voluntários por vez. Na maior parte do tempo, ficam sentados em cadeiras de praia, conversando, mas já chegaram a fazer um churrasco no local para comemorar o aniversário de uma participante.

Na tarde desta quinta-feira, 31, o grupo recebeu visita dos vereadores Eduardo Suplicy e Juliana Cardoso, do PT. Na saída, Suplicy tentou cumprimentar os ativistas antiaborto, mas foi ignorado. “Retira-te, satanás”, dizia o grupo na hora, em oração.

“Não estavam com disposição de conversar. Se eles estivessem me estendido a mão, eu teria conversado”, declarou, mais tarde, o vereador ao **Estado**.

*Não estavam com disposição de conversar. Se eles estivessem me estendido a mão, eu teria conversado*

**Eduardo Suplicy**, vereador

## **Grupo diz que está na praça ‘só para rezar’**

O **Estado** tentou falar com o grupo duas vezes, mas nenhum participante da vigília aceitou conceder entrevista. A justificativa foi a mesma: “só estavam ali para rezar”.

No Facebook, o “40 dias pela vida SP” publica vídeos e fotos em que costuma enaltecer as orações e a presença de fiéis na praça. Em diversas postagens, os ativistas dizem estar passando por “provações”, defendem os “brasileirinhos que querem vir ao mundo” e atacam o “encardido”, o “capiroto” ou outras variações. Também negam agressões.

“Não houve mata leão. Isso é falso testemunho dá cadeia (*sic*)”, diz um dos comentários.

Na semana passada, a página publicou fotos com a primeira-dama Bia Doria, que recebeu 58 curtidas. Em nota, contudo, ela relata que, na verdade, havia feito uma visita ao hospital para campanha do Outubro Rosa e, ao sair, “educadamente atendeu o pedido do grupo para conhecer a tenda”.

“A primeira-dama solicitou que o diretor do hospital Pérola Byngton, Luiz Henrique Gebrim, esclarecesse aos manifestantes o trabalho de excelência e

referência internacional feito pelo governo do Estado de SP na unidade”, afirma.

A tenda antiaborto expõe uma série de mensagens, além de um altar com imagens de santos e de camisas à venda. Há unidades nas cores azul, rosa e branca: R\$ 30, cada. Um dos cartazes é ilustrado com um bebê erguendo o punho: “Vamos defender a vida dos coleguinhas”, diz. Em outro: “A vida começa na concepção”.

Por sua vez, a tenda “legalista” exhibe frases opostas. “Bíblia não é Constituição”, escreveram. Já a maior faixa do grupo fica voltada para a entrada do hospital. “Mulheres, estamos com vocês”, diz.

Funcionária do hospital há mais de 20 anos, a psicóloga Daniela Pedroso atende vítimas de violência sexual.

“O Pérola Byington trabalha dentro da lei”, afirma. Segundo explica, os procedimentos realizadas na unidade não são “contraceptivos” - mas sim para garantir o direito das mulheres. “Elas entendem a interrupção dessa gestação como a melhor dentro das piores opções.”

Daniela conta que já atendeu pacientes que se queixaram da vigília. “A nossa preocupação maior, de fato, é com as mulheres. Elas já passam por situação delicada, e isso as constrange”, diz. “Pode ser que deixem de ver o hospital como local de acolhimento.”

*A nossa preocupação maior, de fato, é com as mulheres. Elas já passam por situação delicada, e isso as constrange.*

**Daniela Pedroso**, psicóloga do Hospital Pérola Byington

*Por Felipe Resk | Colaborou André Marinho, especial para o Estado*

---

# Grupo pró aborto legal monta tenda após vítima de estupro ser agredida em frente a hospital público

*Em frente ao Hospital Pérola Byington, referência no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual, grupos montaram tendas para colocar seus pontos de vista.*

**[\(G1, 29/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Um grupo de manifestantes legalistas está convivendo pacificamente com o grupo contra o aborto na praça em frente do Hospital Pérola Byington, no bairro da Bela Vista, região central de [São Paulo](#). Na tarde desta segunda-feira (28), nove voluntários estavam na primeira tenda enquanto cinco rezavam pelo fim do aborto na segunda.

O hospital é referência em atendimento a mulheres vítimas de violência sexual e realiza abortos nos três casos previstos por lei: estupro, gestação de fetos anencéfalos ou gravidez com risco de morte.

Cada grupo tem sua tenda armada em frente ao Pérola Byington. Desde o dia 25 de setembro o movimento “40 dias pela vida” monta diariamente sua tenda para realizar “orações e vigília contra o aborto” em frente ao hospital. Eles pretendem ficar lá até o dia 3 de novembro.

Procurado, o grupo “40 dias pelo fim do aborto” disse que não tem interesse em falar com o **G1**.

A tenda de manifestantes contrários a este primeiro movimento foi montada no sábado depois de uma mobilização feita pelas redes sociais pela escritora



Daniela Neves, 47.

A ideia, segundo ela, surgiu depois que uma [mulher vítima de estupro coletivo foi agredida](#) pelo grupo “pró-vida” e a contra o aborto na última segunda-feira (21) **(leia mais abaixo)**.

“Eu iniciei esse movimento de vigília para proteger as pacientes e o corpo profissional do hospital, que estava sendo super assediado. A ideia surgiu porque sou vizinha, moro no bairro e soube da violência e não dá para não agir. Acho que não podemos normalizar essas coisas que acontecem, a gente não pode deixar passar algumas coisas”.



**As duas tendas montadas em frente ao Hospital Pérola Byington: á direita o grupo contra o aborto e á esquerda, os manifestantes legalistas — Foto: Bárbara Muniz Vieira/G1**

De acordo com Daniela, a convivência entre os dois grupos tem sido “completamente pacífico” e salienta que os voluntários de sua tenda estão surgindo de forma orgânica com a mobilização feita pela internet.

“Estamos dando como resposta um movimento pacífico, bonito. Estamos do lado deles sendo felizes mostrando que ali é um espaço de convivência e de diálogo. Conversamos com os moradores de ruas, com médicos e pacientes. Os moradores têm passado, se juntado a nós e nos abraçado. Quando a gente tem uma resposta dessas é uma vitória, ainda há esperança, tem muita gente boa no mundo e a gente consegue fazer uma coisa.”

Daniela conta que o outro grupo tem horários determinados para rezar. “Fora desses horários eles se fecham na tenda deles para não olhar para nós e para o que está acontecendo”, afirma. O grupo de legalistas se organizou e tem uma planilha com horários de revezamento. Eles pretendem ocupar a praça também até o próximo domingo (3).

A Prefeitura de São Paulo informou que manifestantes não precisam de autorização para montar tendas na cidade porque a manifestação política é livre.



### **Cartazes do grupo legalista defendem direito ao aborto previsto na Constituição — Foto: Bárbara Muniz Vieira/G1**

Uma das voluntárias dentre os legalistas é a jornalista Andéa Werner, 43 anos. De acordo com ela, apesar da convivência pacífica, há um clima de tensão no ar.

“Cheguei ontem e fiquei boa parte da tarde aqui. Fica uma tensão no ar por mais que não tenha um conflito direto. Mais de lá do que aqui. Eles ficam em posição de alerta, enquanto nós estamos rindo e conversando”, diz ela.

Um grupo de moradores de rua também divide o espaço da praça com as tendas. Na tarde de segunda-feira (28), um morador de rua conhecido como Espeto disse à reportagem do **G1** que precisa de uma barraca para dormir à noite, quando a temperatura cai bastante.



“Ser pró-vida para mim é isso, é ver quem está mais próximo de você e ajudar. Fomos conversar com os moradores de rua e disseram que precisam de desodorante, absorventes. As pessoas não moram na rua porque querem, não é uma escolha. Acho que falta empatia”, diz Andréa.



### **Moradores de rua que ocupam quarteirão rua próxima ao Hospital Pérola Byington — Foto: Bárbara Muniz Vieira/G1**

Daniela está aproveitando a mobilização popular para tentar ajudar os moradores. Ela criou uma [vaquinha virtual para arrecadar fundos para](#) comprar itens de higiene pessoal, roupas e barracas de camping.

“Quando a gente se envolve, não dá para cuidar de uma vida e esquecer de outra. No domingo os moradores da praça participaram do nosso churrasco, no sábado pedimos pizza e compartilhamos. Conversamos com eles para sabermos do que precisam e criei a vaquinha virtual”, afirma.

A mobilização vai continuar. No sábado (2), Daniela pretende ocupar a praça com música e atividades lúdicas, além de oferecer corte de cabelo aos moradores de rua, e plantar um canteiro de flores “pelo fim da violência contra a mulher”. “Quero uma coisa bonita para as pacientes que sofreram violência chegarem lá e terem uma coisa bonita para ver”, afirma.

## **Vítima de estupro é agredida**

No último dia 21, a auxiliar de produção J., de 31 anos, vítima de estupro coletivo, foi conversar com os manifestantes, mas foi agredida. Segundo o boletim de ocorrência registrado no 5º DP Acimação, J. foi estuprada em 29 de setembro no Rio de Janeiro e frequenta o hospital há cerca de 20 dias, onde tem ajuda psicológica, psiquiátrica e ginecológica.

Na segunda, ela foi até a tenda e perguntou a uma das manifestantes se ela sabia o que era empatia e que ela estava ali para conversar. Perguntou se a manifestante gostaria de ouvir sua história.

De acordo com o boletim de ocorrência, neste momento uma mulher identificada como C. foi até J. e começou a gritar com ela, que teria reagido e gritado de volta, dizendo que era uma vítima de estupro. Foi então que, segundo o boletim, um homem deu um golpe conhecido como mata-leão em J. e a segurou pelo pescoço, enquanto C. passou a atacar J. com tapas em seu rosto, peito, corpo e braço direito.

Uma policial militar que passava pelo local apartou a briga. J. foi levada por funcionários do hospital para dentro da unidade, onde foi medicada, de acordo com a polícia. Em seguida, foi à delegacia prestar depoimento.

De acordo com depoimento de C., a tenda dos manifestantes será montada diariamente das 8h às 20h até o próximo 3 de novembro, quando se completam os 40 dias de oração e vigília. Em sua versão dos fatos, ela disse que J. chegou à tenda alterada e nervosa, discutiu, tentou arrancar a tenda do local e lhe deu um tapa no rosto.

Segundo a polícia, o caso foi ajuizado como termo circunstanciado no Juizado Especial Criminal (JECrim) e seguirá sendo investigado.

## **Hospital segue atendimentos**

O Hospital Pérola Byington prossegue normalmente com o atendimento. De acordo com nota divulgada pela Secretaria de Estado da Saúde,

“independente de qualquer manifestação que possa ocorrer fora da unidade, até o momento, não houve qualquer impacto na rotina de atendimentos na unidade”.

No hospital as vítimas recebem assistência de equipe multidisciplinar, com médicos, psicólogos, assistentes sociais e outros, com foco no atendimento humanizado. A unidade oferece apoio à prevenção da gravidez decorrente da violência sexual e realiza abortos nos casos previstos em lei. Também há tratamento para traumatismos genitais, contracepção de emergência, medicamentos para evitar infecções por HIV, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e hepatites.

O Programa Bem Me Quer, do Pérola, é pioneiro no Brasil e considerado referência internacional no atendimento especial às vítimas de violência sexual. O serviço oferece atendimento 24 horas e dispõe de uma equipe multidisciplinar, capacitada a oferecer ajuda médica, social, jurídica e psicológica às vítimas, sem a necessidade de apresentar encaminhamento de outro serviço de saúde ou Boletim de Ocorrência Policial.

Ainda de acordo com a nota, a Secretaria de Saúde “trabalha constantemente para aprimorar o atendimento a vítimas de violência sexual e possui um Grupo Técnico Interdisciplinar de Combate a Violência, que se reúne periodicamente, tendo como norte a Linha de Cuidados às pessoas vítimas de violência, desenvolvida juntamente com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública e serviços de referência. O objetivo é alinhar procedimentos e melhorar a assistência”.

*Por Por Bárbara Muniz Vieira*

---

## **Manifestantes tentam impedir**

# que grupo contra aborto assedie pacientes em hospital de SP

Após conhecimento de um caso de agressão contra uma paciente do hospital Pérola Byington, na região central de São Paulo, manifestantes se reuniram no local na manhã deste sábado (26) para tentar impedir que um grupo contrário ao [aborto](#) interpele mulheres que procuram atendimento médico.

**[\(Jovem Pan, 26/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Desde o final de setembro, o grupo católico “40 dias pela vida” monta uma estrutura diariamente em frente à entrada do hospital. Com cartazes, faixas, imagens de santos e fetos de plástico, o grupo tem como objetivo persuadir as pacientes para desistirem do aborto.

O hospital Pérola Byington é um centro de referência no atendimento a mulheres, principalmente as vítimas de violência, além de ser um dos poucos que realiza o procedimento para interromper a gravidez de forma legal no país.

A legislação brasileira permite o aborto apenas em três casos: quando a mulher é vítima de estupro, quando a mãe corre risco de morrer por causa da gestação ou ainda quando o feto for anencéfalo.

A escritora Daniela Neves, que organizou o movimento contra o grupo pró-vida neste sábado, reuniu ativistas pelas redes sociais e chegou bem cedo para ocupar o local.

De acordo com os manifestantes, alguns integrantes do movimento “40 dias pela vida” chegaram ao local, mas logo foram embora.

“Eles não conversaram com ninguém daqui, chegaram, viram que tinha outro grupo e chamaram a polícia”, conta o programador Marcelo Gasparian.

A [Polícia Militar](#) apareceu no local, mas não houve objeção ao protesto do novo grupo.

“Eles têm o mesmo espaço liberado para montar a barrquinha deles”, afirma

Marcelo. O programador decidiu sair de casa por não concordar com a abordagem realizada pelo grupo católico: “Me dói ver as pessoas sendo constrangidas por buscarem atendimento médico absolutamente dentro da legalidade, são pessoas já fragilizadas.”



Junto com a filha de sete anos, a assistente comercial Carla Cabral soube da manifestação pelas redes sociais e decidiu participar. Ela esclarece que o objetivo do ato não é armar confusão, mas sim garantir que pessoas com direito ao aborto legal não sejam constrangidas na porta do hospital. “É fácil eu montar uma barraca e ficar rezando mil ave marias aqui, só que do outro lado da praça tem crianças abandonadas na rua, vamos rezar por elas?”, questiona.

Carla acha legítimo o direito do grupo pró-vida de manifestar a opinião contrária ao aborto, mas critica quando os integrantes passam do limite: “Eu acho que as pessoas têm o direito de ser a favor ou contra alguma coisa desde que respeitem a liberdade do indivíduo (...) Imagina uma mãe de uma mulher que foi violentada vem acompanhar a filha no hospital e chega aqui e encontra um grupo de beata... É surreal.”

Segundo a assistente comercial, funcionários do hospital também se sentiram incomodados com a presença dos manifestantes católicos ao longo dos últimos dias. Há relatos até de médicos que foram hostilizados.

O movimento “40 dias pela vida” (40 Days For Life) é internacional e faz intervenções em diversos locais pelo mundo. A página do subgrupo paulista no Facebook aponta que a “campanha comunitária” é global e “adota uma abordagem pacífica e determinada para mostrar às comunidades locais as consequências do aborto em seus próprios bairros”.

Procurados pela reportagem, o grupo “40 dias pela vida SP” não retornou o contato até o fechamento desta reportagem.

---

## Mulheres têm que viajar a São Paulo por aborto legal

*Pacientes têm que ir ao Hospital Pérola Byington para conseguir serviço garantido pelo SUS*

**[\(Folha de S.Paulo, 23/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Depois de oito horas de viagem, Júlia (nome fictício), 32, desembarcou sozinha em São Paulo numa manhã de novembro, vinda do interior do Paraná, com pressa para resolver um problema que, diz, a angustiava havia dois meses.

Pegou o metrô até uma estação próxima ao Hospital Pérola Byington, no centro da capital. Sem avisar a ninguém, Júlia inventou uma desculpa no trabalho e viajou sem nem saber direito onde dormiria.

Tudo para conseguir atendimento médico obrigatório em todos os hospitais do SUS: [interromper uma gestação](#) decorrente de um estupro, uma das possibilidades legais para o aborto no Brasil. Também não é crime abortar em caso de risco de morte materna ou quando o feto é anencéfalo.

Outras 32 mulheres na mesma situação de Júlia precisaram deixar seus estados -do Pará ao Rio Grande do Sul- em 2017 em busca de atendimento



no Pérola Byington, principal centro de referência no país em atendimento à violência sexual. Em média, 40% dos pacientes do hospital paulistano são de fora da capital.

O ginecologista André Luiz Malavasi, diretor do Pérola, vê a peregrinação de mulheres como “a ponta do iceberg” das falhas no atendimento a mulheres vítimas de estupro.

“O abortamento é o colapso da prevenção da violência, da assistência à saúde. Mostra que falhamos em todos os sentidos”, ele diz. “O atendimento às vítimas de violência sexual é de baixíssima complexidade. Qualquer serviço minimamente estruturado, mesmo que só com uma enfermeira treinada, consegue fazer.”

Segundo o Ministério da Saúde, há 85 hospitais cadastrados como referência [para o serviço de aborto](#) legal, que realizaram 1.590 procedimentos no país. Só o Pérola Byington fez 400 abortos, ou 25% do total do país.

A pasta não informou quais eram esses 85 hospitais. Como uma paciente pode recorrer ao serviço consegue essa informação? A lista desses locais é pública?, perguntou a reportagem. Resposta: “A mulher pode ser atendida em qualquer um dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS que possuam serviços de obstetrícia”.

Vítimas de estupro, como Júlia, não precisam de boletim de ocorrência para ter [direito a abortar](#). Para o SUS, basta a palavra da mulher, que é avaliada por equipe multidisciplinar, de médicos e psicólogos.

Isso porque nem sempre a vítima pode denunciar ou registrar a ocorrência sem riscos. Além disso, não raro o agressor é da família ou do círculo de convívio -como aconteceu com Mariana (nome fictício), 20, violentada por um amigo da família aos 18 anos.

Jamais contou o que aconteceu a ninguém: queria poupar a mãe e tinha medo do impacto em sua própria vida.

Mariana mora no interior do Paraná e também teve de recorrer ao Pérola

Byington para abortar, com ajuda da Artemis, ONG especializada em violência contra a mulher.

Antes, tentou abortar sozinha. Comprou clandestinamente comprimidos abortivos. Nada funcionou. “Entrei numa crise de depressão, tentei me matar”, conta. A estudante não sabia que tinha direito ao aborto em hospital público? “Na minha cabeça sempre funcionou como um boato”, responde. “E essa visão de que a mulher ainda é colocada como errada fez com que eu não recorresse a ninguém. Ninguém quer divulgar [a lei], existe um sigilo muito forte.”

A falta de informação sobre como deve ser o atendimento é uma falha central dos serviços de aborto legal e atendimento à violência sexual.

Um inquérito em andamento no Ministério Público Federal constatou que “tem sido comum a negativa de [atendimento a tais vítimas](#), no SUS, sob a alegação de que é necessário um boletim de ocorrência policial ou um exame de corpo de delito”.

Pesquisa do Anis - Instituto de Bioética, coordenado pela professora da UnB Débora Diniz, mostra realidade semelhante: em 2015, apenas 37 dos 68 serviços de referência para o aborto legal de fato funcionavam. Mesmo neles era recorrente a exigência de laudos médicos ou boletim de ocorrência.

É a mesma realidade identificada pela pesquisadora Vanessa Canabarro Dio. Ela trabalhou como psicóloga de um serviço de aborto legal e pesquisou o tema no livro “A Palavra da Mulher” (ed. Letras Livres). Dios conduziu 82 entrevistas com profissionais de saúde em cinco capitais e identificou uma série de entraves.

“A mulher ou menina precisará contar sua história a vários profissionais e não poderá haver discrepância entre as versões. Em alguns serviços vão ser necessários também apresentar boletim de ocorrência e/ou autorização judicial, preencher formulários e ser reconhecida pela equipe de saúde como uma mulher não mentirosa”, escreve.

Júlia foi violentada depois de um churrasco, ao dividir um carro em aplicativo de carona com dois homens. A designer lembra de estar sóbria ao entrar no

veículo, mas a memória apagou tudo o que houve até ela acordar no seu apartamento e perceber que estava dolorida e que havia manchas de sangue pela casa.

Na Delegacia da Mulher de sua cidade, ouviu que só poderia ser atendida caso conseguissem identificar judicialmente os agressores. O limite para o aborto legal é de 22 semanas ou até o feto alcançar 500 gramas. “Quanto tempo ia demorar para provar [o autor]? Eu ia fazer o que da vida até lá?”, diz Júlia. “Em nenhum momento foi falado do meu direito. Não tive nenhuma atenção ou afeto “, relata.

O Ministério da Saúde afirma que a responsabilidade pelo atendimento ao aborto legal não é exclusivamente sua, mas compartilhada entre União, estados e municípios, e que cabe aos serviços de saúde locais elaborar normas.

A Secretaria de Saúde do Paraná, estado de Júlia e Mariana, afirma que há quatro hospitais de referência no estado, mas desconhece o número de abortos legais realizados. Também diz que não há registros de encaminhamentos ao Pérola Byington em seus sistemas. As secretarias de MG, SC, RS e PA disseram que seus serviços funcionam regularmente e que as mulheres foram a outro estado por conta própria.

---

## **ENTENDA O ABORTO LEGAL**

### **Quais são as situações em que é permitido abortar legalmente?**

Em três situações: gestações decorrentes de estupro, que causem risco à vida da mulher ou de feto anencéfalo. Segundo a ONG Anis, a Justiça tem estendido a permissão para anencefalia a outros casos de incompatibilidade com a vida

### **Pode haver aborto legal sem o consentimento da mulher?**

Não, apenas se a continuidade da gravidez oferecer risco de vida e a mulher

não puder manifestar consentimento

### **É necessário comprovar o estupro para ter acesso ao aborto?**

Não. Todos os hospitais do SUS e da rede privada devem oferecer o serviço. Apenas a palavra da mulher, avaliada por uma equipe de médicos e psicólogos, basta. Não é necessário apresentar boletim de ocorrência, exame do IML ou autorização judicial. Caso o serviço de saúde não ofereça o atendimento, a mulher deve ser encaminhada pelo gestor de saúde a um hospital habilitado

### **Em caso de feto anencéfalo, é necessária autorização judicial para o aborto?**

Não, o procedimento pode ocorrer independentemente de autorização. É necessário apresentação de exame específico que comprove a má formação e laudo assinado por dois médicos.

### **Um médico pode se recusar a fazer um aborto legal?**

Norma do Ministério da Saúde e o Código de Ética Médica garantem ao profissional o direito de recusar o procedimento. Entretanto, isso só pode acontecer se não houver risco à mulher e se houver outro médico disponível para fazer o procedimento

---

**‘A sociedade impõe culpa à mulher’, diz psicóloga do principal serviço de aborto legal**

# do país

*Daniela Pedroso conta que seu trabalho é para minimizar esse sentimento*

[\(O Globo, 05/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

É um ir e vir constante nos corredores do hospital estadual Pérola Byington, considerado referência em saúde da mulher na capital paulista. Em uma tarde na última semana, meia dúzia de mulheres esperava em uma sala do Núcleo de Violência Sexual e Aborto Legal. Uma entrou de braço dado a uma adolescente de cabeça baixa. Outra, sozinha, olhava para a TV pregada na parede, acima de uma pequena brinquedoteca, com carrinhos e lápis de colorir. Em frente, uma moça recostava no ombro de um homem que a acompanhava.

A história que leva cada mulher até ali é um segredo compartilhado apenas com a equipe médica. Em comum, buscam no Pérola Byington o serviço de aborto, nas condições em que ele é permitido por lei no Brasil: estupro, risco de vida para a mãe e gestação de bebês anencéfalos.

Entre um atendimento e outro no hospital, a psicóloga Daniela Pedroso conta ao GLOBO que o número de interrupções de gestações aumentam a cada ano no hospital, que é recordista nesse procedimento no país — um reflexo, segundo ela, da difusão do serviço. Só no ano passado, cerca de 350 abortos foram realizados no Pérola Byington. Mas o Brasil, diz Daniela, ainda está muito longe de afastar o tabu que envolve esses procedimentos. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Em que condições um aborto é considerado legal no Brasil e, portanto, permitido neste e em outros hospitais de referência?**

De acordo com o Decreto Lei 2848 de 1940, o aborto não é crime em duas situações: no caso de risco de morte materna, que é o chamado aborto sentimental, e em casos de gravidez decorrente de estupro, que é chamado de aborto necessário. E, desde 2012, temos a aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, em que o aborto é permitido em casos de anencefalia.

## **Qual é o volume de abortos realizados no Pérola Byington?**

O hospital iniciou o atendimento a mulheres em situação de violência sexual e aborto previsto em lei em 1994. Serão 24 anos agora em agosto. É o serviço de violência sexual que mais realiza interrupções de gestação em todo o país. Ano passado foram 345 casos de abortamento previsto em lei. Em 2018, até junho, foram 138 interrupções de gestações. Desde o início do serviço, os números crescem. Acompanhamos as estatísticas desde 2001, quando foram 39 casos. Em 2002, foram 60. E esse número só foi subindo. Até chegar a 170 em 2015 e a 307 em 2016, o nosso recorde. Esse aumento se deve até pelo serviço ser reconhecido como referência. E coincide com o relato de mulheres que nos buscam dizendo que viram sobre o hospital na internet, leram entrevistas, e assim se informam dos seus direitos. Neste ano, pelo ritmo de demanda, o número total pode bater o de 2017. São cerca de seis interrupções por semana, mais de 20 por mês. A maioria é de casos de violência sexual. Muitas vêm de fora de São Paulo. Foram 75 casos da cidade no ano passado, 152 de outros municípios, a maioria da Grande São Paulo, e outros 18 de lugares como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Neste ano já foram oito casos de outros estados, como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Muitas são encaminhadas, outras vêm espontaneamente, porque ouviram falar sobre o serviço.

## **Como é o caminho da mulher que busca um serviço de aborto? Desde que ela chega — e como chega — até a realização?**

A mulher chega extremamente fragilizada. Com medo e um sentimento enorme de vergonha e de culpa. Na maioria das vezes, não contou o que aconteceu para ninguém. E, se contou, foi sem detalhes, para poucas pessoas. Ela chega no hospital relatando a violência sexual. É atendida no ambulatório, que vai encaminhá-la primeiro para a ultrassonografia. Precisamos saber a idade gestacional dessa mulher para marcar as avaliações pelas quais ela vai passar. A idade gestacional é o norte para saber a celeridade que precisamos ter com o caso. Depois, ela passa por assistente social, psicóloga e ginecologista. Com a assistente social, vemos as necessidades dessa mulher. E colocamos as opções que ela têm. Muitas

chegam sem saber que podem abortar. É importante deixar claro que somos um serviço de violência sexual que entende essa gestação como mais um dos agravos da violência sexual. E colocamos que a mulher trêz opções: levar essa gestação até o fim e inserir a criança em sua família, levar a gestação até o fim e doar para um processo de adoção legal ou, se for o desejo dela e acolhido pela equipe, pode realizar o abortamento previsto em lei. Terminada a avaliação com o serviço social, ela passa na psicologia, onde também vai contar a história dela, e também é informada sobre as três opções. Com a ginecologista, o mesmo. Quase nenhuma desiste do abortamento. Depois, com a data da violência e a idade gestacional, as médicas podem entender se essa gestação é decorrente daquele estupro alegado ou não. Não recebemos mulheres mentindo, como as pessoas imaginam. Mas muitas vezes recebemos mulheres que já estavam grávidas antes do estupro, ou engravidaram depois, e não sabiam. É muito raro ter casos de falsas alegações de crime sexual.

### **A palavra da mulher não vale? E precisa de boletim de ocorrência?**

Fazemos uma avaliação do momento da gestação em que ela se encontra, não comparamos o exame com o que ela disse. Trabalhamos com o princípio de presunção da veracidade. Não temos um papel investigativo. Acreditamos no que ela diz, até que se prove o contrário. Não temos como comprovar uma violência sexual, porque não estávamos assistindo. E nem mesmo o boletim de ocorrência comprova. Não é um documento necessário para o serviço. Nem que ajude a mulher. Há pessoas que vêm também achando que precisam de um alvará judicial. Mas nada disso é necessário.

### **Essa mulher tem que ir e vir várias vezes ao hospital nesse processo? E no caso das que não moram na cidade?**

Tentamos fazer o agendamento todo para o mesmo dia, para os três profissionais. Quando não dá, tentamos que seja na mesma semana. E quando a mulher sai da consulta com a ginecologista, se está tudo certo em relação ao procedimento, ela já sai com a data da internação agendada, e a médica já passa para ela qual tipo de procedimento será feito, de acordo com a idade gestacional. E aí provavelmente ela interna na semana seguinte. O processo de avaliação costuma ser rápido. Somos oito psicólogas, quatro

assistentes sociais, quatro ginecologistas, uma enfermeira e uma auxiliar de enfermagem. Depois do procedimento, a mulher passa por acompanhamento ginecológico por seis meses, até para acompanhar a possibilidade de doença sexualmente transmissível. O acompanhamento psicológico dura também seis meses, podendo ser mais. O importante é que ela saia com qualidade de vida e tenha retomado suas atividades de maneira adequada. Metade delas costuma ficar para esse acompanhamento. Mas nem todas têm condições de vir toda semana.

### **Há muitos casos de aborto que são recusados?**

Poucos. Não temos um número fechado, mas passamos semanas, até meses, sem negar um caso. O tipo de caso que mais negamos é quando a mulher chega com a idade gestacional tão avançada que não conseguimos mais, por uma questão legal, interromper essa gestação. Só é permitido até 22 semanas de gravidez, ou peso do feto inferior a 500 gramas.

### **Qual é o perfil da mulher que procura um aborto no serviço público?**

São mulheres na faixa de 21, 22 anos, a maioria casadas, com filhos, e que professa alguma religião. Em primeiro lugar católica, evangélica e depois espírita. A maioria passa pelo processo decisório sozinha, e vem sozinha na sala de espera, sem familiares ou maridos. Infelizmente ainda há mulheres que, quando revelam ter sofrido estupro, têm seus relacionamentos interrompidos por serem culpabilizadas. O sentimento mais forte é a culpa. Nesta semana, atendi uma moça que sai às 4h30 para trabalhar. Sofreu violência e engravidou do estupro. Temos que trabalhar muito para minimizar o sentimento de culpa. Uma culpa que a sociedade impõe a ela, a todas nós. Depois do procedimento, o sentimento é de alívio. É como se déssemos uma folhinha para ela marcar os sentimentos, e todas anotam um "X" em um lugar só. Todas falam do alívio. De poder retomar a vida, que estava parada, de quão difícil era cuidar dos filhos. Existe um hiato na vida delas até que isso é resolvido.

### **Como lida com a questão de ser parte de uma equipe que faz e que atende mulheres que fizeram um aborto?**



Trabalho aqui há 21 anos, desde que me formei. Estimo já ter atendido mais de mil mulheres. Já fui questionada em redes sociais. Mas consigo separar bem as coisas. Não me sinto insegura na rua, sozinha dentro de casa. Quando saio daqui, os problemas ficam aqui. Se eu levar pra casa, não dou conta. E a equipe daqui é específica para esse ambulatório. Não temos um objetor de consciência, porque ele não está dentro do nosso escopo. Há pessoas que trabalham com essa questão, e lutam e defendem essa causa. Quem está aqui é para isso. Não vamos ter profissionais que dizem que não vão atender. Mas recebemos mulheres que vêm de lugares em que existe medo de procurar ajuda local, pela fantasia de que todo mundo vai ficar sabendo. O Pérola é colocado, para muitos outros estados, como “o lugar que faz”. E também há a questão da idade gestacional. Muitos serviços só fazem até 12 semanas de gravidez. Depois mandam para cá.

### **Como você vê a questão do aborto no Brasil? Ele permanece como tabu, mesmo nos casos e nos lugares em que é permitido por lei?**

As pessoas entendem o aborto quando é uma história perto delas. Quando vai se distanciando, tanto faz, não sentem responsabilização. Não é a irmã, a mãe, a filha. As pessoas não se preocupam em resolver. Mas cada mulher é uma história. Todo ano passo por um caso em que penso: ‘Achei que já tivesse visto tudo na vida’. Mas há casos que surpreendem. Temos recebido cada vez mais mulheres com nível superior, o que tira um pouco a ideia de que o serviço público é o lugar apenas para quem não tem condições financeiras de procurar um serviço particular. Porque, se pararmos para pensar, o abortamento é proibido apenas para as classes menos favorecidas. As de perfil mais alto podem pagar. E também me surpreende a cada ano como as histórias estão ficando mais cruéis, pesadas, tristes. Do que o agressor fez com a mulher. Ritos de crueldade. Muitas têm grau de parentesco com o agressor, e foram estupradas durante anos. E só se descobre a violência porque engravidam. Nesta semana, já recebemos umas dez mulheres que sofreram estupro.

### **O país está perto de aprovar o aborto sob qualquer circunstância? O exemplo da Argentina pode ser uma influência?**

Estamos longe. Nem as netas das minhas afilhadas vão ver isso. As

autoridades ainda têm um pensamento muito retrógrado em relação a esse assunto. Mas o que mais me choca não é ser contra ou a favor do aborto. É a falta de conhecimento da população em relação ao que é um aborto, e em relação ao aborto legal. As pessoas não são informadas sobre esse direito. Achrom que as mulheres usam o aborto como método contraceptivo, o que não é verdade. Uma mulher que foi estuprada, além de tudo, merece carregar um filho fruto desse estupro a vida inteira? Muitas dizem que escolhem o abortamento porque não sabem se vão conseguir cuidar da criança como dos outros filhos, ou amar como os outros filhos, ou o transtorno que seria na família essa criança. Dizem que essa é a melhor opção entre as piores opções. A discussão na Argentina é diferente. Se uma mulher precisa vir a São Paulo resolver uma questão como essa, que é um direito previsto no Código Penal desde 1940, imagina quem está no interior do interior do Norte do país. Não vai ser fácil conseguir aprovar algo assim aqui.

*Elisa Martins*

---

## **Mãe e católica, médica assume o principal serviço de aborto legal do país**

Desde abril, o principal serviço de aborto legal do país está em novas mãos. Depois de 24 anos sob o comando do ginecologista Jefferson Drezett, que acabou se tornando rosto do atendimento e defensor das mulheres que buscam por ele, assume a coordenação do Núcleo de Violência Sexual e Aborto Previsto em Lei do Hospital Pérola Byington, na cidade de São Paulo, a ginecologista Alessandra Giovanini.

[\(Universa, 28/06/2018 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

Aos 47 anos, Giovanini começa no cargo em meio a uma tensão encabeçada por organizações pró-aborto. Em maio, o Grupo de Estudos Sobre o Aborto (GEA), que reúne médicos, juizes e intelectuais em defesa do tema, emitiu um comunicado lamentando a saída de Drezett. Eles a consideram “uma grave ameaça aos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos no Brasil”. Alessandra garante que não há o que temer. “O serviço está funcionando a todo vapor”

Inaugurado em 1994, o setor de aborto do Pérola Byington é recordista nacional em interrupções de gravidez previstas em lei - apenas em casos de estupro, risco de vida à mãe e feto anencéfalo, essa última, uma decisão de 2012 do Supremo Tribunal Federal. Nenhum outro serviço de saúde chega perto de seus números. Só em 2017, o Pérola realizou 400 abortos. No Estado de São Paulo, o hospital que chega mais próximo disso é a Maternidade Prof. Mario Degni, localizada em Rio Pequeno, que, segundo dados do Ministério da Saúde, fez oito (sim, oito) interrupções no primeiro semestre do mesmo ano.

Universa foi até o Pérola Byington conversar com Giovanini, a médica que carrega nas costas a responsabilidade de manter o serviço “de forma exemplar” como fazia seu antecessor.

**Universa: Você é a primeira mulher a coordenar este serviço?**

**Alessandra:** Não. Outras duas mulheres já ficaram no lugar do doutor Jefferson em períodos de licença ou férias dele.

**Como é ser mulher, mãe de dois filhos, e realizar abortos?**

Não dá pra dizer que é fácil. Fazer um aborto não é uma coisa agradável porque a gente sabe que tira uma vida. Dá pra ver o feto quando se faz a aspiração, e é uma coisa triste. Mas, ao mesmo tempo, o procedimento é um alívio muito grande para a paciente, que está numa situação de extrema angústia. E a gente, também como mulher, sente o alívio junto. Essa mulher acorda da anestesia agradecendo muito pelo procedimento. A impressão é de que a partir daquele momento, a vida dela vai poder continuar.

**Há motivo para o GEA alegar “grave ameaça a direitos” com a saída de seu antecessor?**

De jeito nenhum. Isso não tem cabimento. Não estamos encaminhando

pacientes pra lugar nenhum, nem negando atendimento. Eu não faço ideia do por quê seria uma grave ameaça, como eles disseram.

**Por que o Pérola Byington se mantém, por mais de 20 anos, como o único hospital do Brasil a realizar com regularidade abortos previstos em lei? Há outros hospitais habilitados a fazer o procedimento, não?**

Tem muito entrave de profissional da saúde, que não aceita o procedimento por causa de valores pessoais. Ouço muito das pessoas: 'Por que você foi trabalhar logo nesse setor?!'. O Pérola é um modelo em matéria de aborto legal graças ao doutor Jefferson. Ele se dedicou para que o serviço não deixasse de existir. Isso contagia quem vem trabalhar aqui. A gente também toma partido das mulheres e luta diariamente para o serviço continuar.

**Há quantos médicos na equipe de aborto?**

Eu e mais duas médicas.

**Médicos podem alegar “objeção de consciência” e não realizar o procedimento. É o caso de alguma de suas colegas?**

Esse é um direito do profissional. Porém, no hospital, deve sempre existir alguém que faça o aborto. Ou seja, o médico pode alegar objeção de consciência, a instituição, nunca. Isso não acontece com as médicas do Pérola. Sabem onde trabalham e que devem fazer abortos.

**Vocês fazem aborto em mulheres que alegam terem sido estupradas pelos maridos?**

Sim. E esses casos não são raros. Não é difícil identificar quando há violência dentro do casamento. Os casos chegam a ser caricatos, bastante pesados e, geralmente, ligados a uma violência doméstica duradoura. Tem uma paciente nossa que passou por três abortos por causa da violência de um ex-companheiro. Ele invade a casa dela, com muita agressividade, e a estupra. Nesse caso, junto com ela, decidimos por um anticoncepcional hormonal subdérmico. O método dura três anos e é mais eficaz do que a laqueadura.

**Sente-se pressionada por ocupar o lugar do doutor Drezett?**

Não diria pressionada, mas com certeza é uma responsabilidade grande. Somos o único serviço que de fato funciona plenamente. Imagina o que acontece com as mulheres se a gente falha. Além disso, é um trabalho cheio

de processos e burocracias; não se trata apenas da parte médica.

### **Quantos abortos são feitos por semana no Pérola atualmente?**

Cerca de oito. Portanto, um pouco mais de 30 por mês. [Dados do Ministério da Saúde mostram números parecidos para os meses de 2017 no hospital.]

### **Todo dia o hospital realiza o procedimento?**

Quase todo. São dois dias de procedimento de aspiração, que exige centro cirúrgico. Fazemos três na segunda-feira e três na quinta. E internamos, em média, duas pacientes por semana para indução com misoprostol [popularmente conhecido como Cytotec], que são as mulheres com gestação de 12 até 22 semanas.

### **Por que realizam a aspiração apenas nas segundas e quintas-feiras?**

Precisamos do centro para outras cirurgias. Ele é dividido com todos os outros setores do hospital: mastologia, endoscopia ginecológica, oncologia. Outra coisa: é possível agendar os casos de aborto nesses dois dias. É suficiente por enquanto.

### **Se uma grávida chega ao Pérola buscando aborto, mas não foi estuprada, não está em risco e nem espera um feto anencéfalo, você realizam o procedimento?**

De forma alguma. Somente realizamos a interrupção dentro da lei.

### **Como chegou à coordenação do serviço?**

Conheci o doutor Jefferson no Hospital Leonor Mendes de Barros. Ele era chefe de plantão e eu, residente. Quando acabei minha residência, ele me convidou para trabalhar no Pérola. Então, estou aqui desde 1996 e, desde 2000, atendia na emergência, recebendo as mulheres vítimas de violência. Em abril, quando o doutor Jefferson disse que sairia, meu marido [André Malavasi], que é diretor técnico do hospital, me chamou para assumir a coordenação do serviço.

### **Há rumores de que o afastamento do doutor Drezett se deu porque ele tinha diferenças com o diretor geral do Pérola. São verdadeiros?**

Doutor [Luiz Henrique] Gebrim e doutor Jefferson tiveram umas diferenças. Gebrim queria diminuir os abortos, enquanto Jefferson lutava para que isso

não ocorresse. No fim, apesar dessas diferenças, o número de casos nunca foi diminuído. No mais, o doutor Jefferson estava muito cansado. Ele tirava férias oficialmente, mas vinha trabalhar. Isso aqui foi o grande trabalho da vida dele.

### **Tem religião? Ela influencia na profissão?**

Sim, sou católica. Até penso: será que estou mesmo fazendo o certo quando realizo as interrupções? Mas daí vejo o desespero das mulheres que chegam aqui, do quanto elas precisam do procedimento, e que se nós não as ajudarmos, ninguém vai ajudar. Então, tento não pensar muito nas minhas crenças religiosas. Tento separar completamente a profissão da religião.

---

## **Crise atinge serviço de aborto legal do Hospital Pérola Byington**

Sofrendo em silêncio há quase um mês, o hospital Pérola Byington, que pertence à rede estadual de saúde de São Paulo, atravessa um período de grande dificuldade. Fundado em 1994, o Serviço de Violência Sexual e Aborto Legal do Pérola Byington, principal serviço de aborto legal do país, não é mais coordenado pelo Dr. Jefferson Drezett.

**[\(Portal Hospitais Brasil, 18/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Desde o dia 24 de abril, por decisão unilateral da diretoria, o Dr. Jefferson, que estava no serviço desde a sua instalação, foi afastado de suas funções.

Depois de 24 anos sob seu comando, o Serviço está à deriva. Não se sabe ao certo qual será o rumo deste departamento que recebe, hoje, pacientes de fora de São Paulo, de outros estados e até mesmo encaminhadas por centros de saúde da própria capital. É o recordista nacional de interrupções de

gravidez previstas em lei, somando mais de dez procedimentos ao mês.

Em diversas reportagens sobre o atendimento às vítimas de violência e a realização de abortos legais, o local sempre se destacou pela eficiência e qualidade do atendimento. É um dos poucos centros do Brasil a respeitar integralmente a legislação, realizando abortos em todas as circunstâncias previstas em lei, sem criar obstáculos ou dificultar ainda mais a vida de quem já está em sofrimento.

Entidades ligadas à saúde e defesa da violência contra a mulher já estão se mobilizando em torno da notícia, buscando explicações para tal ocorrido.

Uma delas é o GEA, Grupo de Estudos sobre o Aborto, que já divulgou entre seus associados um comunicado lamentando o afastamento do Dr. Jefferson Drezett e solicitando às entidades que compõem o grupo posicionamento firme.

“Tão importante quanto o atendimento oferecido pelo Serviço de Violência Sexual e Aborto Legal do Pérola Byington é ter à sua frente pessoas comprometidas e trabalhadoras, como o Dr. Jefferson Drezett. Sem ele, não sabemos qual será o rumo do serviço, muito menos a quem deverão recorrer as pacientes caso seja extinto”, afirma Dr. Thomaz Gollop, coordenador do GEA e membro da Comissão de Violência Sexual e Interrupção da Gestação Prevista por Lei da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO).

O receio dos profissionais que trabalham na área, e principalmente dos funcionários do Pérola, é justificado. Há alguns anos, o serviço de aborto legal do Hospital Municipal Arthur Ribeiro Saboya, conhecido como Hospital Jabaquara, na zona sul de São Paulo, foi desativado. O serviço era o pioneiro no país, inaugurado em 1989.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, na época, o encerramento das atividades no local foi decorrente da aposentadoria dos profissionais que atuavam na equipe responsável.

---

# O Brasil abandona suas mulheres, diz maior especialista em aborto legal

Há 23 anos, o ginecologista e obstetra Jefferson Drezett coordena o mais exemplar serviço de aborto legal do país. O Pérola Byington, localizado no centro da cidade de São Paulo, é o hospital modelo quando o assunto é aborto nos ditames da lei brasileira: apenas em gravidez decorrente de estupro (até 22 semanas), risco de vida à mãe e fetos anencéfalos (em qualquer momento da gravidez) -essa última, uma decisão de 2012 do Supremo Tribunal Federal.

[\(Uol, 28/09/2017 - clique aqui para assistir ao vídeo da entrevista\)](#)

Atualmente, a equipe chefiada pelo médico atende cerca de 40 mulheres ao mês para realizar o procedimento. Um número que só cresce, segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Em 2015, o hospital realizou 89 interrupções de gestação.

Em 2016, foram 227. Neste ano, o número já passa dos 360 — e abarca bem mais do que cidadãos paulistas.

“Só um dos serviços de saúde da lista do Ministério da Saúde não encaminha mulheres para cá. Por isso tantas atravessam estados e chegam aqui de mala nas mãos, implorando por ajuda”, conta o médico. A lista a que ele se refere é a dos estabelecimentos de saúde habilitados no Brasil para realizar o aborto previsto em lei. São 65, de acordo com a apuração da [reportagem Dor em Dobro, da Agência Pública](#) de Jornalismo Investigativo, de 2014.

Drezett recebeu a reportagem do UOL no hospital Pérola Byington em uma segunda-feira de agosto. Nesta entrevista, o médico faz críticas ao Estado brasileiro e explica por que o aborto -legal ou clandestino- continua um



grave problema de saúde pública que mata uma brasileira a cada dois dias. “E não há nenhuma preocupação em relação a isso. Principalmente, porque são mulheres pretas e pobres”, ele diz.

**Drezett:** Regredimos, eu diria. E passamos por uma situação hostil em relação às mulheres. Eu gostaria de acreditar que todo hospital habilitado a realizar o aborto legal teria, por princípio e compromisso, que fazê-lo. Mas existem inúmeros serviços que dizem que realizam o procedimento e não realizam. Quando a mulher procura esses serviços, são transferidas para este hospital. E não são apenas serviços da cidade ou do estado de São Paulo, mas de outros estados, onde uma mulher tem que se deslocar por dias para receber atenção. E é assim desde que assumi a coordenação do serviço.

**UOL: Quem é a mulher que chega no Pérola procurando por um aborto?**

**Drezett:** Não temos um perfil único. Mas, de um modo geral, são mulheres jovens. 35% dos casos que atendemos são de adolescentes e crianças, grávidas de relações incestuosas. Os “pais” são os próprios pais, tios, irmãos ou avós. A média de idade delas é de 13 anos. Vamos ainda ter um grupo de mulheres mais velhas, até 45 anos, que sofreu estupro de desconhecidos. Essa é a típica situação das mulheres que sofrem violência sexual dentro de um ambiente urbano violento. Por último, há, ainda, as mulheres grávidas de seus parceiros íntimos ou de seus ex-parceiros íntimos. É comum que homens descontentes com uma separação sintam-se em posição de impor sexo. É o que a gente chama de estupro dentro do casamento.

**UOL: Em qualquer um desses casos, a palavra da mulher basta ou é preciso um boletim de ocorrência, um laudo do IML, para a realização do aborto?**

**Drezett:** Basta. Toda mulher que nos procura está, por presunção, falando a verdade. Ao menos até que a gente encontre alguma circunstância que prove o contrário. Mas a verdade é que a maioria das mulheres não pode provar a violência que sofreram. Elas são abordadas ou dentro das suas casas, sem a presença de nenhuma testemunha, ou em vias públicas, longe de qualquer transeunte.

Além do mais, crimes sexuais não deixam evidências claras para que se possa

dizer que houve estupro.

**UOL: Quantos abortos legais o Pérola já fez nesses 23 anos?**

**Drezett:** Realizamos mais de 2.000 abortos legais -imaginando também que nos primeiros 10 anos o volume de casos não era tão grande quanto o de agora.

**UOL: O que é objeção de consciência e quando pode ser usada? Aliás, quando ela pode afetar a decisão da mulher sobre o aborto?**

**Drezett:** Objeção de consciência é um direito que o profissional de saúde tem - e vamos nos ater aqui ao médico, que são aqueles que de fato tem que realizar um aborto - de não realizar procedimentos, mesmo que sejam previstos e autorizados por lei, que venham contrariar seus princípios. Concordo com a lei e com o Conselho Federal de Medicina. Não se deve obrigar um profissional de saúde a realizar um procedimento que venha feri-lo em sua individualidade ou crença. Esse direito, contudo, não é absoluto. A objeção de 35% dos casos que atendemos são de adolescentes e crianças, grávidas de relações incestuosas pode ser transferida para as instituições. Consciência quem tem são as pessoas, um hospital não.

**UOL: Como encontrar a lista do Ministério da Saúde com os nomes e endereços dos serviços de saúde habilitados a realizar o aborto legal?**

**Drezett:** O que temos é apenas um número, que não identifica os lugares que realizam o procedimento. São 60 e poucos serviços que as mulheres não têm como saber o nome. Se esses serviços existem, é absoluto direito da cidadã que ela possa saber e questionar se no seu estado e município existe um serviço que possa atendê-la. No entanto, esses nomes não são colocados às claras. Uma mulher grávida de uma situação de violência sexual tem todo o direito de receber assistência qualificada, humanizada e segura. Não é bondade, não é caridade do Estado brasileiro. É direito. E é dever do Estado Brasileiro garantir essa atenção. Ela tem sido garantida? Não.

**UOL: E aí existe uma ligação entre o aborto legal e o clandestino. Quem não tem a lei cumprida, procura o serviço clandestino?**

**Drezett:** Exato. E aí está a grande maldade dessa história. Porque se essa mulher tiver recursos para procurar o setor clandestino que oferece a interrupção de gestação de alta qualidade, pelo menos ela não vai morrer

dessa interrupção. Agora, a mulher pobre, que normalmente nesse país é preta e mora na periferia, é abandonada para realizar o aborto clandestino de risco. Que no mundo mata uma mulher a cada dez minutos. Que mata no Brasil uma mulher a cada dois dias. A morte dessas mulheres é absolutamente indiferente para o Estado brasileiro.

**UOL: Como você vê a influência da religião, especialmente da bancada religiosa no Congresso, nesse assunto?**

**Drezett:** Desde que o aborto seja mantido como crime, que é o que se deseja nesse país, não há traço de preocupação sobre a morte dessas mulheres. Pelo contrário, há tentativas incansáveis de retrocesso. O legislativo, que tem uma bancada crescentemente conservadora, não tem o mínimo de interesse numa discussão em relação ao aborto. Os direitos humanos das mulheres são tratados como moeda de troca dentro do Estado brasileiro. Quando convém, as mulheres são vendidas. Entre governo e sai governo e essa questão é varrida para debaixo do tapete.

**UOL: Na sociedade a discussão também não evoluiu? O aborto ainda é um tema tabu?**

**Drezett:** O aborto não é necessariamente um tema polêmico. É um tema sem consenso. Mas isso não quer dizer que o Estado brasileiro não deva ter uma posição em relação aos direitos das mulheres e às questões de saúde pública relativas ao aborto. Não é dado às mulheres o direito de decidir. A questão do aborto não é democrática. É a posição de uma parcela das pessoas exposta a todas as pessoas.

**UOL: Você é um ferrenho defensor da descriminalização. Por quê?**

**Drezett:** Algumas pessoas acreditam que, proibindo o aborto, magicamente as mulheres deixam de ter necessidade de realizá-lo, deixam de morrer e, portanto, o problema está resolvido. É uma falácia! No Brasil, aborto é problema de saúde pública. Morrem as mulheres, morrem os fetos. Quanto vale a vida de uma mulher preta, pobre e da periferia desse país, que morre de uma maneira absolutamente estúpida, porque o Estado brasileiro lhe nega o acesso ao aborto em condições seguras?

**UOL: Há quem diga que, se o aborto for descriminalizado, o número**

## **de procedimentos aumentaria. Você acredita nisso?**

**Drezett:** A experiência internacional é absolutamente clara: não existe uma evidência, em nenhuma parte do mundo onde se descriminalizou o aborto, que houve uma corrida das mulheres para abortar. Pelo contrário: os abortos diminuíram muito. Uma mulher não realiza um aborto porque ele é proibido ou permitido. Ela realiza porque para ela é necessário. Garanto que não conheço uma decisão mais difícil e tomada com mais responsabilidade pelas mulheres do que a de interromper uma gestação quando ela não é possível de se levar adiante.

*Por Natacha Cortêz/Do UOL*

---

# **Ministério Público de São Paulo promove debate sobre a questão do aborto**

*Evento foi organizado pelos Centros de Apoio do MPSP e contou com a participação de diversos convidados*

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), por meio do Centro de Apoio Criminal (Caocrim) e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva (Cao Cível), com apoio da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), realizaram na segunda-feira (29/05) o evento Direto ao Ponto, com o tema “Interrupção da Gravidez à Luz da Jurisprudência”, no auditório do Conselho Superior.

A mesa de abertura foi composta pelo presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), José Oswaldo Molineiro, ladeado pelo subprocurador-geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais, Mário Luiz Sarrubbo, e pelo coordenador do Cao Cível, José Roberto Rochel de Oliveira.

Compuseram a mesa de debates os procuradores de Justiça José Oswaldo Molineiro, presidente da APMP, Ronaldo Porto Macedo Júnior, Martha de Toledo Machado, José Roberto Rochel de Oliveira, coordenador-geral do Caocível, os promotores de Justiça Levi Emanuel Magno, coordenador do Caocrim, Fabiana Dal'Mas Rocha Paes, do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica, núcleo central (Gevid), a advogada Ana Lúcia Keunecke, diretora executiva da ONG Mulher sem violência, o médico Jefferson Drezet, coordenador do ambulatório de violência sexual e de aborto legal do Hospital Pérola Byington, e a professora Janaína Conceição Pascoal, da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Também estiveram presentes os procuradores de Justiça Luiz Antonio de Oliveira Nusdeo, Liliana Mercadante Mortari, membros do Conselho Superior do Ministério Público, os promotores de Justiça Fernanda Narezi Pimentel Rosa, assessora do Ccaocrim, Roberto de Campos Andrade, secretário executivo do Caocível, Fabiola Sucasas Negrão Covas, assessora do Ccaocível, José Roberto Fumach, assessor do Caocrim, Celeste Leite dos Santos e Debora Moretti Fumach.

Todas as apresentações podem ser assistidas por meio do vídeo que está logo abaixo, na íntegra.

(Informações com o site do MPSP)